RESUMO - PESQUISA CIENTÍFICA - INTERSETORIALIDADE NA RCPD

INJUSTIÇA HÍDRICA, GESTAÇÃO E DEFICIÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS

Rita De Cássia Pontes Da Silva (rita.pontes@edu.isd.org.br)

Roberto Marinho Alves Da Silva (roberto.alves@ufrn.edu.br)

Introdução: O acesso adequado à água impacta diretamente as condições de vida e saúde da população, apesar disso sua distribuição ocorre de forma desigual ao redor do mundo. Tal situação de injustiça hídrica reflete as iniquidades no acesso desse recurso para além da sua disponibilidade, mas que se relacionam com o contexto econômico, social e geográfico da população. Dentre os grupos mais vulneráveis estão as gestantes que durante o período gravídico necessitam de condições adequadas de acesso à água, sob risco de repercussões para a saúde materna, o desenvolvimento infantil e a ocorrência de danos que podem resultar em deficiência na criança. Objetivo: Refletir sobre os impactos da injustiça hídrica na gestação e possíveis riscos para o desenvolvimento infantil e a ocorrência de deficiências. Métodos: Pesquisa qualitativa realizada por meio de entrevistas sob o parecer n.º 7.652.654 (CAAE: 87589125.0.0000.5568). Foram entrevistadas 9 mulheres de comunidades da zona rural. Resultados: A água utilizada pelas mulheres para uso doméstico é disponibilizada pela prefeitura sendo proveniente de açude,

poço ou carro-pipa. Pelos relatos coletados, foi identificada a situação de injustiça hídrica vivenciada por elas, uma vez que a água é em quantidade, qualidade e regularidade insatisfatória. Já a água para consumo humano é comprada e, quando não se tem condições financeiras para adquirir esse bem, ocorre o racionamento da quantidade utilizada ou busca-se ferver a água disponibilizada pela prefeitura, mas que não passa por nenhum tipo de tratamento prévio para torná-la adequada ao consumo. Tal realidade causa impactos no cotidiano dessas mulheres, uma vez que elas precisam se preocupar sobre quais estratégias de armazenamento, economia e adaptações serão adotadas pela família diante da insegurança hídrica. Dessa forma, a insegurança do acesso regular, a baixa qualidade e a quantidade limitada de água potável afetam diretamente o cuidado materno infantil, acentuando vulnerabilidades e riscos que podem comprometer a saúde materna e causar repercussões ao desenvolvimento infantil. Conclusão: O estudo realizado explicita que a injustiça hídrica impacta na gestação e nos cuidados materno-infantis, configurando-se como fator de risco socioambiental para danos que podem repercutir em atrasos no desenvolvimento ou deficiência na criança. Ademais, mesmo sendo um direito humano, a desigualdade no acesso à água é um problema que persiste e compromete as necessidades básicas de saúde e reprodução da vida para bilhões de pessoas no planeta.

Palavras-chave: injustiça hídrica; deficiência; saúde mateno-infantil.